

# PLÁGIO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA, VESPEIRO INTOCADO. OU NÃO?

Antonio Biondi  
Jornalista



*Casos recentes de plágio na produção acadêmica intensificam o debate sobre o problema, que é antigo, mas vem ganhando proporções inéditas. Uma questão se coloca: a possibilidade de vínculos entre o surto atual de plágios e fraudes científicas, de um lado; e o desenfreado produtivismo ditado pelas normas da Capes e amplificado por conta própria pelas universidades, de outro lado. Ganhou repercussão a demissão de um docente na USP, acompanhada da cassação do título de PhD de uma ex-aluna. Outro caso gerou processos disciplinares na Unicamp e na UFMT*

**A**rtigo publicado pelo *Journal of Cell Biology* traz uma revelação estarrecedora: entre 2002 e 2006, 25% dos artigos aceitos pela publicação continham imagens adulteradas. Pior, as conclusões de 1% dos artigos aceitos só se sustentavam a partir das imagens adulteradas. Os dados, obtidos graças a novos *softwares* que identificam esse tipo de manipulação nas imagens, demonstram o pantanoso, e delicado, terreno em que se encontram atualmente a pesquisa científica e seu *modus faciendi*.

O professor Luiz Henrique Lopes dos Santos, docente do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), cita o dado sempre que aborda o tema, acrescentando que, hoje, “não se sabe quase nada sobre o fenômeno do plágio nas pesquisas acadêmicas”. Coordenador da área de Humanidades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



**Professor Lopes dos Santos**

(Fapesp), Santos tem estudado bastante a questão. Explica que não há dados que indiquem se o problema está se agravando ou não, mas reconhece que a preocupação em relação ao tema tem se ampliado. “Até dez anos atrás, considerava-se natural, inevitável, esse tipo de situação, e avaliava-se que o sistema de críticas resolveria tais exceções”. Posteriormente, contudo, informações preocupantes se espalharam, e pesquisas apontaram distorções.

Fotos: Daniel Garcia



**Professor Erney de Camargo**

“Estudos estão demonstrando que o problema é maior do que se imaginava”, diz Santos.

Erney Plessmann de Camargo, professor titular do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, ex-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destaca, em primeiro lugar, que o fenômeno não é recente. “Há cerca de meio século ouço falar de plágios e, pior do que isso, de roubos de idéias e

dados na USP”, recorda-se. “Em segundo lugar, não sei se o número de plágios está aumentando ou se o que está aumentando é nossa capacidade de detectá-los graças às facilidades de comunicação e acesso às publicações”.

Lívio Amaral, diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entende que os casos de plágio são residuais em relação ao universo da pesquisa brasileira. Mas, adverte ele, “independentemente de ser residual, é preocupação nossa, certo que sim” (leia entrevista na p. 61).

Se no panorama mundial os encontros, discussões e pesquisas sobre o tema estão apenas começando, no Brasil a situação é ainda mais incipiente. Nos EUA, onde, de acordo com o professor Santos, as agências de fomento já lidam com o tema há cerca de dez anos, são identificados de 15 a 20 casos por ano. “Algo meio constante, em um universo de cerca de dois milhões de pesquisadores”, ressalta. No Reino Unido, um código de boa conduta nas pesquisas foi finalizado em 2010.

A controvérsia e escassez de informações que marcam as avaliações sobre a quantidade e a tendência ao plágio dão lugar, por outro lado, à certeza de que as motivações que envolvem o problema são muitas: da pura e simples falta de ética a carências formativas dos pesquisadores, das novas tecno-

logias à super-especialização de saberes, passando pelo cenário de produtivismo e conveniências que hoje aflige a universidade. É certo que as instituições terão de desenvolver políticas para lidar com o tema. Mas como conciliá-las com a enorme pressão por *papers* e resultados numéricos?

Valéria de Marco, professora da FFLCH-USP, entende que “a pressão que se tem por uma produção muito rápida de teses e ar-

***“A pressão sobre professores e alunos, por uma produção muito rápida de teses e artigos, pode sim levar ao plágio”, diz a professora Valéria de Marco. “Se considerarmos os TCCs no país, o problema é grave e triste”, atesta a professora Edna Arcuri***

tigos, tanto de alunos quanto de professores, pode, sim, levar ao plágio”. Um problema que atinge, diz ela, desde os trabalhos de conclusão de curso (TCC) a teses de variados níveis da pós-graduação. “Se considerarmos os TCCs no país, o problema é grave e triste”, atesta Edna Arcuri, professora titular aposentada da Escola de Enfermagem da USP. “Um problema grave, pois desrespeita princípios morais — sujeitos envolvidos — e éticos — a sociedade. Triste, pois muitos alunos nem percebem a gravidade da situação”.

As universidades não conseguem enfrentar tais questões? Para Valéria de Marco, “trata-se de uma crise de valores”, pois princípios como a fidedignidade às fontes, a originalidade etc. foram banalizados. “Existe, portanto, a pressão, mas também esse contexto de fundo”. Em relação à formação, o pesquisador não aprende, em alguns casos, sequer a citar uma obra ou autor: “Isso decorre, por exemplo, da falta de rigor na leitura, da leitura na internet, de uma pressa permanente”. Em áreas nas quais se depende de resultados, é mais simples identificar a intencionalidade do plágio, opina a professora. “Na área de Humanas é mais delicado: para identificar que houve um plágio, você tem que recuperar o texto e o processo de produção”.

Luiz Menna-Barreto, professor titular da Escola de Artes e Ciências Humanas (EACH-USP) e membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*, entende haver óbvia relação entre o plágio e a pressão por produção. Ele se baseia nas pesquisas que realiza a respeito de diferentes reações de indivíduos participantes de um determinado grupo, quando este é submetido, por inteiro, a uma mesma pressão. “Num extremo, há o que é pressionado e não publica; no outro extremo, há quem publique a qualquer custo”.

A exigência de alta produtividade individual pode fazer, por exemplo, com que o pesquisador

crie mecanismos deletérios, tais como fatiar suas descobertas em vários trabalhos. “A produtividade se torna um convite para a não produção de trabalhos mais amplos”, contribuindo “com a depauperação cultural que vivemos”, afirma Menna. “Hoje se confunde microscopia com profundidade. E, muitas vezes, o pessoal reducionista está de braços dados com o produtivismo”.

Plessmann de Camargo, porém, supõe que “uma resposta bem aceita seria a de que o aumento de plágios se deve à pressão crescente por maior produtividade”, para então contestar essa hipótese. “Plagiadores e falsificadores científicos são antes de tudo estelionatários primários”, os quais “ao serem flagrados em pleno delicto sempre preferirão se dizer vítimas de ‘pressões institucionais’ do que pura e simplesmente confessarem sua condição de estelionatários”.

Entre os que julgam, contudo, que “a necessidade pode levar as pessoas a cometerem atos ilegais: assaltar bancos, copiar ou fraudar trabalhos acadêmicos”, está Yaro Burian Jr., professor titular da Faculdade de Engenharia da Unicamp. Burian diz não ter “a menor dúvida” quanto à relação entre os casos de plágio e as exigências produtivistas em voga. Algo hoje determinante “não apenas para a manutenção de bolsas de pesquisa, como até para manutenção do salário dos docentes”,



Professora Valéria de Marco



Professora Edna Arcuri

***Benedito Machado, professor da FMRP, pensa que o trabalho coletivo de professores e alunos de pós “inibe as tentações de publicação de resultados forjados ou plágio”, e não vê relação entre produtivismo e plágio. Do contrário, “grande parte da produção científica estaria sob suspeita”***

ressalta, em alusão ao artigo “O fascínio dos rankings”, publicado por Fabrício Marques na edição de abril de 2011 da *Revista Fapesp*.

Benedito Honório Machado, professor titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), acredita porém não haver correlação entre tais fenômenos: “Se houvesse, grande parte da produção científica estaria sob suspeita”. Para ele, o trabalho coletivo

entre professores e estudantes de pós-graduação “inibe as tentações que possam existir para a publicação de resultados forjados ou mesmo do plágio”. Machado destaca, ainda, que o número de plágios e fraudes na comunidade científica mundial é muito pequeno, e certamente menor do que em qualquer outra atividade. “Os resultados e teses são sempre passíveis de se serem checados, especialmente se esses resultados apontarem para aspectos importantes e inovadores numa dada área do conhecimento”.

No cenário atual, é necessário se distinguir o bom do mau pesquisador. “Há os que acham mais rápido e fácil copiar e colar pedaços de diferentes trabalhos, realmente”, ressalta José Antonio Franchini Ramires, professor titular da Faculdade de Medicina da USP. Para Ramires, a quantidade de informações disponíveis hoje

# PÓS CRESCE 20% A CADA TRIÊNIO, DIZ DIRETOR DA CAPES. “CASOS DE PLÁGIO SÃO RESIDUAIS”

CAPES/ACS

No entendimento de Lívio Amaral, diretor de Avaliação da Capes, os casos recentes de plágio são residuais e advêm sobretudo de aspectos éticos individuais. À frente de cerca de 900 pares envolvidos na avaliação em âmbito nacional, em instituições públicas e privadas, Amaral considera meritório que os principais eixos da política de avaliação da Capes tenham se mantido inalterados nos últimos 25 anos.

**Os recentes casos de plágio podem ter origem nas exigências de produtividade a que os pesquisadores estão submetidos? Quais as possíveis relações entre esses fatores, ou as possíveis origens dos casos?**

O plágio em qualquer atividade é produto da pessoa humana. Não se pode atribuir a alguém que tenha feito isso por alguma exigência. Plagiar é uma atitude de ética e de falta dela. Em qualquer setor, em qualquer campo, não é porque está pressionado que vai faltar com a ética. Um jornalista que sofre muita pressão para fazer suas matérias não é por isso que deixará de ser ético. Ética está no indivíduo, em como ele responde ao que está fora dele. Não é algo específico da academia, da pesquisa ou da pós-graduação.

**Quais os pilares da avaliação da Capes? O que eles privilegiam?**

Um programa de pós-graduação possui doutorado acadêmico, mestrado acadêmico e mestrado profissionalizante. No Brasil, são 2.900 programas do gênero. Todo esse universo é avaliado em cinco principais eixos, que são a proposta do programa (coerência, consistência, etc.); o corpo docente; o corpo discente (e suas teses de pós-graduação); a produção intelectual do programa (produção de livros, artigos, publicações, etc.); e sua inserção social.

Esses cinco eixos são os mesmos avaliados em todos



Professor Lívio Amaral

os programas. Onde pode aparecer algo que eticamente não esteja correto? Em teses e dissertações ou em produção intelectual. E tem surgido mais na produção intelectual.

**Os casos de plágio, frente ao universo, são residuais? Eles preocupam?**

Isso é residual. Numericamente se pode dizer isso. Mas não é por ser residual que devo ou não ter preocupações. A pós-graduação brasileira produziu 285 mil artigos ou *papers* (relatados e informados para a Capes) no período 2007-09. E 130 mil livros. Foi residual, foi. Por mais que tenha sido divulgado, noticiado, debatido,

não se chega a quatro, cinco casos, com grande esforço. Isso em universo de grande monta. Nenhum de nós vai poder garantir, contudo, que não tenha sido mais.

Independentemente de ser residual, é preocupação nossa, certo que sim. São duas questões diferentes, portanto: se é residual e se é uma preocupação. Por definição, a avaliação séria tem que se preocupar com isso.

**A avaliação feita pela Capes mudou nos últimos anos?**

A pós-graduação brasileira cresce a cada triênio mais de 20%. Dentro de três anos, podemos passar de 5 mil para 6 mil programas. A cada triênio, devemos nos preocupar com novos mecanismos operativos de avaliação, pois precisamos dar conta desse crescimento. Mas em termos dos cinco eixos é o que se vem fazendo desde 1976, quando é instituída a avaliação da pós-graduação brasileira. Nesse momento ela se estrutura em relação ao que era feito antes de forma incipiente.

Essa estrutura não foi alterada nos últimos seis ou oito ou dois anos. Mudou um pouquinho em alguns aspectos, mas na essência continua a mesma. É fundamentalmente a mesma. O que é o grande mérito da avaliação da pós brasileira.

deixa parte dos pesquisadores des-norteados, mas a falta de ética, de formação e de estrutura também pode levar ao plágio. “Isso pode acabar contaminando a instituição, formando as pessoas com o mesmo problema. Depois, para corrigir um grupo com má-formação, é muito difícil”.

Santos, da Fapesp, avalia que não há provas de relação entre plágio e produtivismo. “Acho até que não há relação. Está aumentando inclusive na graduação, onde as exigências não são aquelas a que os docentes se sujeitam, e que não são as exigências a que os alunos antes se submetiam”.

Ele diz, por outro lado, haver certa benevolência com o “colega do lado”: “A tolerância parece ser um fator importante para os casos acontecerem”. Quanto à responsabilidade fundamental frente ao tema, seria das próprias instituições onde se faz a pesquisa. “As universidades devem ter iniciativas de promoção, prevenção, investigação e punição”, um consenso mundial, de acordo com Santos (nos EUA, a lei define que a responsabilidade primária é das universidades). Quanto às agências de fomento: “Inevitavelmente, ao lado de outras instituições, também terão de se equipar para tratar do tema, por contarem com recursos públicos, lidarem com políticas públicas etc.”.

Ocorre que as agências de fomento figuram como causa e consequência do atual modelo, sendo

por ele retroalimentadas. Ao mesmo tempo que entende a Fapesp como “uma construção fenomenal”, Menna-Barreto ressalva que “a lógica da ‘ciência *shopping-center*’ predomina em todos os setores”, inclusive nas agências. Para ele, a ciência hoje “é vitrine, muita aparência, muito conhecimento de consumo”, embora “você vá encontrar alguns produtos de qualidade nessa vitrine”. O professor destaca que, por outro lado, o atual modelo acumula fissuras, como a falta de novidades e de originalidade.



**Professor Menna-Barreto**

***“É preciso  
tranqüilidade para refletir.  
Conhecimento não é produzido em  
série. Enquanto a universidade trabalha  
nessa aceleração, as grandes corporações  
contratam pessoas para pensar”,  
argumenta Valéria de Marco***

“Os benefícios ou malefícios dos indicadores não residem neles próprios, mas no uso que fazemos deles”, argumenta Plessmann de Camargo. “O pior de todos os usos é o de querer aplicar indicadores adequados a uma área do conhecimento a todos os segmentos de uma universidade”, erro por sua vez “equivalente ao da agência de fomento que adota indicadores de uma área para todas as áreas de sua atuação”. Quando presidia o CNPq, relata ele, hou-

ve orientação enfática de que os julgamentos de pedidos de bolsas levassem em conta o conjunto da produção do pesquisador — em vez de se esgotarem em cálculos e medidas aritméticas de produtividade. “Recomendamos, com toda a clareza possível, maior subjetividade nos julgamentos. Nem sempre fomos atendidos”.

No âmbito interno à universidade, é preciso que os órgãos de avaliação saibam estimular a produção com qualidade e regularidade, na avaliação de Franchini Ramires. Ele entende que “produtividade não é quantidade”, embora em uma universidade de pesquisa “a publicação de algo faça parte da vida acadêmica”. Opina que as agências de fomento deram um grande estímulo às pesquisas, com erros e acertos, buscando a quantidade. “Agora é a hora de as agências não verem

# PRESSÃO POR RESULTADOS ESTIMULA DESVIOS DE CONDUCTA, ADMITE PAULO BEIRÃO, DIRETOR DO CNPQ

*Órgão cria comissão para examinar casos que envolvam bolsistas*

“O CNPq vai tomar para si a responsabilidade de examinar casos de desvios na conduta da investigação científica cuja apuração realmente se mostre necessária”. A declaração é de Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do CNPq. Professor do Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, ele preside a comissão criada em 5 de maio de 2011 pelo órgão para pensar uma política específica sobre o tema.

A nova posição do CNPq diante do tema está alinhada a um entendimento internacional de que as agências de fomento devem ter papel ativo nesse assunto. “Se for confirmada a má-conduta, dependendo da gravidade, vamos tomar medidas que vão até a punição máxima, que é cortar os benefícios que a pessoa esteja recebendo do CNPq”, afirma Beirão. Diferentemente do que ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, onde há uma agência federal que investiga esse tipo de denúncia (*Office of Research Integrity*), no Brasil a apuração desses casos cabe à instituição à qual o cientista é vinculado. A novidade é que, por exemplo, no caso de denúncia de plágio contra um pesquisador da USP bolsista do CNPq, ele poderá ser investigado não só pela universidade como também pelo conselho.

O diretor do CNPq destaca que o trâmite da investigação será diferente do que ocorre atualmente em universidades públicas. “Não somos obrigados a seguir o ritual que existe, por exemplo, nas instituições públicas, de se fazer sindicância, processo administrativo, devido ao Estatuto do Servidor. Somos obrigados — e nem precisaria, pois é um princípio elementar — a garantir a defesa plena da pessoa. Ela será ouvida e a denúncia, avaliada por pares”. Beirão destaca, no entanto, que a comissão não está centrada na questão punitiva. Ao contrário, o foco maior seria a prevenção e o aspecto pedagógico. “Não queremos incentivar um denunciamento”.

Questionado sobre a opinião de docentes de que

a pressão por alta produtividade acadêmica pode estimular ou abrir brechas, por exemplo, para a prática do plágio, Beirão foi enfático. “Concordo plenamente. Essa pressão que existe para publicação numérica, só, tende a premiar quem faz esse tipo de coisa e muita gente faz isso de forma ilegítima, embora muitos façam de forma legítima. Mas há uma tentação e algumas pessoas podem se submeter a ela em função da pressão”.

Para ele, essa é uma preocupação atual do CNPq, que está fazendo uma “reconfiguração estratégica”, que inclui mudar os métodos de avaliação, dando ênfase maior à qualidade do que à quantidade de pesquisas e publicações. Embora pondere que essa nova política sobre casos de má-conduta seja um processo de construção, Beirão se diz “otimista” e anuncia: “Vai ser um alívio para as pessoas saberem que não precisam competir com pessoas desonestas”.

Os demais integrantes da comissão, que foram escolhidos pela diretoria-executiva do CNPq, são Gilberto Velho, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da UFRJ; Alaor Silvério Chaves, professor titular do Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas da UFMG; Jailson Bittencourt de Andrade, professor titular do Departamento de Química Geral e Inorgânica do Instituto de Química da UFBA; e Walter Colli, professor titular no Instituto de Química da USP.

CNPq/ASCOM



**Professor Paulo Beirão**

mais a quantidade e sim a qualidade, a regularidade”.

Para Ramires, que ao longo de 13 anos integrou a Comissão Especial de Regimes de Trabalho da USP (CERT), e nos últimos cinco a presidiu, “se durante dois ou três anos nada é publicado, há algo errado; é preciso avaliar o que acontece”. Nessa comissão, história o professor titular do Instituto do Coração, viveu-se uma série de fases na avaliação da pesquisa e da produção acadêmica, entre elas a “fase de quantidade”, e até uma “fase de caça às bruxas”, que foram “fases inclusive da universidade”. Isso teria mudado:

“O último período não foi assim, pode ser que eu esteja errado, mas buscamos passar a conversar com os docentes atrás de soluções para o departamento e para o próprio docente”. Em sua retrospectiva, o professor admite que “muitos docentes achavam que a CERT era simplesmente um tribunal” (sobre a comissão, vide *Revista Adusp* 11, 21 e 22).

Há que se resgatar os valores da convivência, do rigor e do respeito na produção científica, esquecidos face aos atuais indicadores que primam pelo quantitativo, adverte Valéria de Marco. “É preciso tranquilidade para refletir. Conhecimento não é produzido em série. Enquanto a universidade trabalha nessa aceleração, as grandes corporações contratam pessoas para pensar”.



Professor Sérgio Amadeu

***Existem na ciência “desafetos, invejosos e caluniadores”, segundo Plessmann de Camargo. “Há erros de percepção e interpretação”. Por isso se requer provas muito consistentes para que se configure o plágio, e direito à ampla defesa***

A forma atual de se avaliar o docente pode, por seu turno, ampliar distâncias. “Recebe quem já é, fica sem quem não tem”, resume Menna-Barreto. “O docente mais produtivo, por exemplo, é bolsista, recebe recursos adicionais. Isso o distancia cada vez mais de seus pares”. Mas o que poderia balizar as agências de fomento? “Realmente é difícil”, reconhece o professor, acrescentando que pretende apresentar

aos colegas a idéia de um plano de metas, que saia de um foco exclusivamente retrospectivo, e tenha um olhar prospectivo também. Tais planos seriam públicos, e poderiam ser atualizados a qualquer momento.

Menna conta que na EACH, também com vistas a atacar o problema do plágio na outra ponta, a disciplina Resolução de Problemas foi criada justamente para superar, ainda na graduação, dificuldades como as verificadas nas citações. E que a criação do mestrado de Estudos Culturais, absolutamente interdisciplinar, busca também construir novos caminhos para a produção acadêmica.

Enquanto não se chega a um diagnóstico consistente para o tema do plágio, universidades, agências e pesquisadores precisam estimular uma cultura de integridade, que determine e permita perceber, na prática, o que é má-conduta. “É preciso ter esses valores arraigados numa cultura de pesquisa”, defende Santos. “Não só no discurso, mas no comportamento cotidiano, adotando uma sanção difusa, hoje inexistente”.

É necessário, também, admitir que existem “desafetos, invejosos e caluniadores” no cotidiano da ciência, conforme comenta, sem cerimônia, Plessmann de Camargo. “E há erros de percepção e interpretação”. Precisa-se, assim, de provas muito substanciais e

consistentes para que se configure o plágio. Qualquer investigação deve acatar as disposições legais pertinentes, como o direito à ampla defesa. “Comprovado o delito, o plagiador deverá ser sumariamente desligado da universidade por justa causa”, sendo que “para as agências de fomento é mais fácil: basta impedir o acesso do meliante a seus recursos”. Caberia, por fim, impetrar ações judiciais diante de qualquer tipo de prejuízo à instituição ou a seus membros.

Em sua avaliação, os casos de plágio não ferem o corpo da ciência, não alteram seus princípios ou métodos. Possuem, contudo, conseqüências sérias para a imagem do cientista junto à sociedade. “Plagiadores e falsificadores são, antes de tudo, algozes da ética científica e agressores de nossa auto-estima”, completa o ex-presidente do CNPq.

Valéria de Marco conclui afirmando que “a competição obriga todos a andar depressa, exigindo também um julgamento com tal celeridade que pode torná-lo leviano”. Para ela, “tais dilemas criam o risco de desacreditar as instituições, a pesquisa, a ciência, o cientista — e a própria produção do conhecimento”.

Paralelamente às questões da produtividade e do plágio, ga-

na importância a discussão sobre os direitos autorais e sobre a quem pertence o conhecimento produzido na universidade. Menna-Barreto, da EACH, conta que converte para o laboratório do qual faz parte o direito autoral de seus livros. “É o mínimo que posso fazer. A universidade investe em mim desde sempre, tudo o que acumulei foi com dinheiro público”, afirma, lembrando que estudou no ensino público também no ginásio e que “a Fapesp me financiou em todos os níveis”.

Na visão de Menna-Barreto,

**Sérgio  
Amadeu, professor  
da UFABC, assinala que o plágio  
se amplia pela forte mercantilização  
da ciência: “Ele prolifera em ambientes  
baseados na concorrência desmedida”. Mas  
é preciso distinguir entre o plágio e as  
“práticas recombinantes” típicas  
da cultura digital**

“trata-se de uma questão moral simples”, mas que “aponta tanto para questões filosóficas quanto para medidas que poderiam ser tomadas de imediato”. Ele considera que a liberação de um docente para outra atividade pela CERT deveria se dar “só em al-

gumas situações muito especiais. E o recurso obtido nesse cenário deveria ser revertido para a universidade”.

O professor Sérgio Amadeu, da Universidade Federal do ABC, acredita que o plágio só será superado “com a superação do ideário exacerbado de propriedade intelectual que serve para bloquear a criatividade em prol de intermediários”. Recorre a Bernard Shaw, que dizia: “Se você tem uma maçã e eu outra, e nós trocamos as maçãs, então cada um terá sua maçã; mas se você tem uma idéia e eu outra, e nós as trocamos, então cada um terá duas idéias”.

O plágio se amplia em especial pela forte mercantilização da ciência e um produtivismo exagerado, pensa Amadeu: “Ele prolifera mais em ambientes baseados na estética da concorrência desmedida”.

O pesquisador destaca a importância de se diferenciar o plágio das “práticas recombinantes que caracterizam a cultura digital e a cultura pós-industrial”. Conclui, sem piedade: “Não se deve confundir autoria com propriedade, muito menos acreditar no ideal romântico que gerou o mito da originalidade e do gênio isolado e independente da herança cultural socialmente construída”.